ESTADO DE MATO GROSSO

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO

CAMPUS UNIVERSITARIO DE PONTES E LACERDA

DEPARTAMENTO: LETRAS

AS CORES DO SILÊNCIO:OS SENTIDOS DO ÍNDIO CHIQUITANO NA HISTÓRIA DE VILA BELA

Rosana Ferreira Martins

Pontes e Lacerda, fevereiro de 2003.

BIBLIOTECA UNEMAT
Campus Universitário de Pontes e Lacerda - MT
Nº 9509
Data 14/08/03

Turma- 2002/2

ESTADO DE MATO GROSSO

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO

CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PONTES E LACERDA

DEPARTAMENTO: LETRAS

O SILÊNCIO NEGRO NO PROCESSO HISTORICO DO ÍNDIO CHIQUITANO DE VILA BELA

Rosana Ferreira Martins

Monografia apresentada no Curso de Letras, no Campus Universitário de Pontes e Lacerda, como requisisto para obtenção de Licenciatura Plena em Letras.

Profª Orientadora: Kátia Chaves de Freitas.

Pontes e Lacerda, fevereiro de 2003.

Rosana Ferreira Martins

(Orientanda)

Profª Kátia Chaves de Freitas

(Orientadora)

Profª Ms. Madalena Aparecida Machado

(Coordenadora do Curso)

DEDICATÓRIA

A todos, pelas oportunidades de fecundas experiências.

AGRADECIMENTOS

Este ensaio foi realizado graças ao apoio de: meu marido Antonio Desuíte (Pote) ao qual sou muito grata pela extensa cumplicidade e tolerância manifestada por ele. Da minha mãe Nobertina Ferreira Martins, que mesmo distante acompanhou-me nas pesquisas, relatando-me fatos recentes do cotidiano dos índios chiquitanos, apontando-me o caminho a percorrer em minhas pesquisas. De meu filhinho Roni Gabriel Martins da Silva que com todo seu amor, respeito e compreensão, me deu força para vencer os obstáculos. De Kátia Chaves de Freitas, minha orientadora, que indicou caminhos, no fascínio da construção de um saber conjunto, apresentando grande disposição nas correções finais desse ensaio. Do escritor Raul Hector Landiva da província de San Inácio, que acompanhou-me nas pesquisas de campo e enriqueceu-me inestimavelmente com sua abundância e riqueza cultural. Da grande mulher Nemésia Profeta da Cruz que contribuiu com a pesquisa, cedendo-me entrevistas e levando-me aos mais antigo dos chiquitanos. Ao Sr. Elísio que foi responsável pelas condições materiais que viabilizaram meu ensaio. O Sr. João, índio chiquitano, pelo espírito de solidariedade ao conceber a entrevista. Dos meus irmãos Rosely, Robson e Roberto que nesse caminho trilhado apoiaram-me a vencer mais essa etapa. De dona Isolda, que com sua acolhida encantaram minhas estadias bolivianas.

"Os indivíduos em sua vida cotidiana, não são apenas essas máquinas passivas para obedecer a aparelhos, registrar mensagens e reagir as estimulações exteriores, em que os quis transformar uma psicologia social sumaria, reduzida a recolher opiniões e imagens. Pelo contrário, eles [os sujeitos] possuem o frescor da imaginação e o desejo de dar sentido à sociedade e ao universo a que pertencem." (Moscovia, 1978:56)

SUMÁRIO

Apresentação.....01
I- Histórico de Vila Da Santíssima Trindade.....02
1.1- Localização Geográfica.....02
1.2- A história de Vila Bela.....03
II- Imigração dos índios chiquitanos para Vila Bela.....11
III- Quadro Teórico.....18
IV- Corpus de Análise.....22
V- Análise dos Depoimentos.....28
VI- Análise dos relatos legitimados.....43
Considerações Finais.....46
Referências Bibliográficas.....49
Anexos.....51

APRESENTAÇÃO

Este trabalho tem como proposta analisar o imaginário social que permeia e constitui a identidade do índio chiquitano na história de Vila Bela, buscando compreender nesse espaço a constituição de sentidos e seus efeitos

A instituição dessa idéia de pesquisa deu-se a partir de observações que realizei ao longo dos anos que residi em Vila Bela sobre a comunidade de índios chiquitanos que estabeleceu-se no citado município ainda no século XVIII.

A finalidade dessa pesquisa é , portanto, discutir, buscar compreender os discursos que constituem o índio chiquitano na história de Vila Bela, e também , os sentidos que se institucionalizaram no imaginário dessa etnia, que constituem a sua identidade, o seu ser histórico.

I – HISTÓRICO DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE [1]

1.1 - Localização geográfica

O município de Vila Bela da Santíssima Trindade localiza-se a 521 Km da capital, Cuiabá, possui uma extensão territorial de 12.175,43 Km², tendo como coordenadas 15° 00'28'' de latitude sul e 59° 57'066'' longitude oeste Gr, integrando 12.880 habitantes .

Limita-se ao norte com o município de Aripuanã, a leste com os municípios de Diamantino, Tangará da Serra, Pontes e Lacerda e Cáceres, ao sul com a República da Bolívia, a oeste com a República da Bolívia e o Estado de Rondônia. Integra-se a microrregião do Alto Guaporé-Jauru, de número 333, e a mesorregião sudoeste matogrossense.

A formação geográfica compõe a origem do município da faixa móvel Rondoniana, retrabalhada posteriormente nas coberturas não

dobradas do Proterozóico, com granitóides associados nas coberturas não dobradas do Fanerozóico. Bacia Quatenária do Guaporé. Possui um solo do tipo Glei pouco húmico (Tb distrófico A moderado textura média, relevo plano), solos Litólicos (solo litólico distrófico A moderado textura média, relevo forte ondulado) Afloramentos Rochosos (sudoeste de Vila Bela), Latossolo amarelo (latossolo amarelo atico textura média, relevo plano), Brunezem avermelhado (brunizem avermelhado textura argilosa relevo ondulado). Podzotico vermelho amarelo Tb Eutrópico abruptico A moderado, textura média argilosa, relevo suave ondulado.

O clima do município é tropical quente e sub úmido, com 4 meses de seca, de junho a setembro. Precipitação anual de 1500 mm, com intensidade máxima em dezembro, janeiro e fevereiro. Temperatura média anual de 24°c, maior máxima 38°c, menor 0°c, este último em decorrência das calhas dos rios Paraguai, Guaporé e seu e seu afluentes que facilitam a passagem do anticiclone polar oriundo da Patagônia, resultando em friagens que atingem no inverno, as zonas de chapadas, alcançando temperatura entre 12°c e 0°c.

Quanto ao regime pluvial, as chuvas são abundantes no semestre outono-inverno.

O sistema hidrográfico do município está vinculado à bacia Amazônica, na qual se destacam o Rio Guaporé e seus formadores, o Juruena e seus afluentes da margem esquerda.

A economia do município gira em torno da pecuária, agricultura, o extrativismo mineral, e o ecoturismo e o turismo cultural.

---

[1] BANDEIRA. Maria de Lourdes. *Território negro em Espaço branco: Estudo*

1.2 – A história de Vila Bela da Santíssima Trindade

O processo histórico de colonização no Brasil, floresceu com o sistema agroexportador do açúcar, introduzido no nordeste, que tinha como finalidade atender o sistema mercantilista da época.

No entanto, a região sul, não possuía o solo e o clima propício a essa economia, resultando na dedicação da agricultura de subsistência e conseqüentemente estabeleceu-se a caça de índios para o trabalho, uma vez que os proprietários de terra não possuíam renda suficiente para comprar escravos como faziam na região nordeste.

Assim, cada vez mais os paulistas eram obrigados a adentrar o sertão guiados pela necessidade de mão-de-obra, e pela ambição de encontrar minas auríferas. Em 1693, os bandeirantes descobriram ouro, atraindo a atenção da coroa portuguesa e da população que emigrou para Cuiabá. Em 1727, Cuiabá e elevada à categoria de Vila Real de Bom Jesus de Cuiabá por Rodrigo César de Menezes (capitão governador da capitania de São Paulo). Nesse ínterim, as minas cuiabanas já se encontravam em decadência de exploração, forçando os habitantes a buscar outras regiões, resultando no descobrimento das minas do Guaporé e o povoamento da área oeste que pelo Tratado de Tordesilhas, não pertencia oficialmente a Portugal,resultando no surgimento da fronteira portuguesa e espanhola na região que se avizinhava com o Vice-Reino do Peru, próxima a Santa da Cruz de la Sierra, capital de Chiquitos.

Antropológico de Vila Bela, Brasiliense, 1988.

Entusiasmada pela descoberta do veio aurífero e temendo a ambição dos espanhóis, a Coroa Portuguesa, ordenou que povoassem o território. Devido a localização geográfica das minas descobertas no extremo oeste da Capitania de São Paulo, criou-se uma nova capitania denominada Mato Grosso, através da Carta Régia de 09 de março de 1748, nomeando para governá-la, o nobre lusitano, D. Antônio Rolim de Moura, que ao vir para o Brasil, recebeu diversas instruções do rei D João V, através de sua esposa e rainha Mariana da Áustria, dentre as quais se destacam as prevenções e os cuidados que D. Antônio Rolim de Moura deveria ter no que concerne aos domínios espanhóis e jesuítas, evitando possíveis conflitos, e sempre prevalecendo a idéia de impedir com "cautela" que os espanhóis monopolizassem o rio Guaporé.

Com esse intuito em 1750; a Coroa Portuguesa em acordo com a Coroa Espanhola anulou o Tratado de Tordesilhas, passando a vigorar o Tratado de Madri que tinha como parâmetro o uti possidetis, ou seja, "como possuis, continuais possuindo", assegurando assim, a posse do oeste da colônia a Portugal, legitimando as terras conquistadas.

Para realizar a fundação da Capitania de Mato Grosso, Rolim de Moura partiu para o alto Guaporé e em 1752 fundou Vila Bela da Santíssima Trindade, aldeias jesuítas e instruiu a fixação de colonos na margem esquerda do rio Guaporé, expandindo ainda mais a fronteira ocidental. O mesmo é relatado por Elizabeth Madureira:

> "(...) como aquele estabelecimento (Nossa Senhora da Boa Viagem) o de santa Rosa, o das pedras, a aldeia S. José e moradores areando por toda margem oriental do Guaporé; e se, à sombra dos ditos postos, se forem situando mais

> moradores nas paragens de entremeio, ainda esse fim se consegue melhor." (47:2001)

De acordo com o fragmento acima, podemos constatar que a questão da fronteira dos impérios espanhol e português era a preocupação maior de Rolim de Moura, ao qual coube-lhe não somente povoar a região e defendê-la com forças militares, mas sobretudo, protegê-las contra as investidas do lado espanhol. Assim, foi fundamental erguer fortes, fortalezas, prisões para defesa do território e também criar a Companhia de Pedestres, este último só foi possível graças ao encitamento usado por Rolim de Moura, para que os homens mineiros que viviam da caça aos índios na região, ingressassem na carreira militar, com fins de proteger a fronteira oeste.

Elizabeth Madureira, em seu livro, descreve, em parte, a formação dos militares, segundo Rolim de Moura:

> "Os soldados que eu chamo aventureiros são vários sertãnistas que havia por este rio e que antes de minha chegada viviam de fazer entradas ao sertão e buscar índios; e outros serviam aos padres castelhanos na mesma diligência, ou de outros misteres nas aldeias. A estes mandei assentar praça com o título de aventureiros, dando-lhe o soldo de dragões, sem farda." (Madureira,48:2001)

Assim, podemos constatar que os interesses da Coroa Portuguesa estavam voltados, apenas, para a questão da fronteira devido aos veios auríferos, e naquele momento, o primordial seria definir de forma objetiva, os limites geopolíticos, existentes entre as terras portuguesas e espanholas.

A partir desses interesses ocorreu a demarcação do Tratado de Madri, e foi colocado, como divisa entre as posses dos dois impérios, o marco do Jauru, que representou os limites e fronteiras dos dois territórios coloniais. Essa região foi denominada Vila Maria e colonizada por casais de índios chiquitanos retirados da missão jesuíta de Chiquitos, garantido mais uma vez o oeste da colônia. De acordo com a ata lavrada que explicita a importância da geopolítica local:

> "Vila Maria, hoje cidade de Cáceres, tornou-se um ponto estratégico entre Cuiabá e a primeira capital de Mato Grosso, Vila Bela da Santíssima Trindade, uma vez que ficava a meio caminho entre as duas principais vilas coloniais. Ao governo lusitano interessava garantir a posse das áreas a oeste, especialmente daquelas conquistadas pelo avanço bandeirante. Necessário se fazia, portanto, povoá-la, pois o princípio norteador do Tratado de Madri era o uti possidetis, ou seja, teria posse territorial de uma determinada região a coroa cujos colonos estivessem ali residindo.
>
> Dessa forma Portugal procurou povoar ao máximo toda a extensão oeste da capitania de Mato Grosso."
> (Volpato 1987: 38,39)

Com uma população sempre crescente, paralelamente a extração do ouro, desenvolveu-se na capitania a agricultura de subsistência e a criação de animais domésticos. No entanto, a agricultura não foi adiante em meio às irregularidades das chuvas e a proliferação de ratos e outras pragas. No que concerne a criação de animais domésticos como o gado, não houve a expansão em decorrência do grande desinteresse das autoridades coloniais. No âmbito desses acontecimentos que o comércio como fonte

principal do abastecimento de Vila Bela foi de suma importância. Contudo nos primeiros anos, quando o comércio se fazia exclusivamente por Cuiabá, ligando-se a São Paulo e ao Rio de Janeiro, os povoados de Vila Bela e região sofriam longos períodos de escassez por motivo do longo trajeto.

Face a essa problemática, Rolim de Moura instigou e viabilizou o comércio pela via fluvial,interligando Belém do Pará a Vila Bela, através dos rios Amazonas, Madeira e Guaporé. Esse comércio, recebeu a terminologia de companhia de comércio do Grão Pará e Maranhão, o qual traziam para Vila Bela: roupas, medicamentos, produtos alimentícios e escravos, em troca de ouro extraído das minas da região.

Entretanto, devido a precoce escassez do ouro, os comerciantes e colonos não mais puderam comercializar com a companhia, causando a extinção da mesma.

Desse modo, podemos constatar que Vila Bela foi delineada por uma grande instabilidade econômica, política e social. O trabalho de Maria de Lourdes Bandeira, relata claramente essas instabilidades:

> "A instabilidade foi sua marca, o signo de produção de seu espaço e de sua história. Instabilidade política da disputa pelas linhas de fronteiras entre as terras de Espanha e Portugal; instabilidades econômicas das suas finanças divididas entres os gastos de construção da cidade, de manutenção dos comissariados de demarcação de fronteiras e a voracidade da Coroa Portuguesa, ávida de ouro para realização de seu balanço financeiro; instabilidade das condições ambientais, adversas à saúde e ao trabalho dos que as enfrentavam; instabilidade de plantios e colheitas; instabilidade do comércio dificultado pela distância, pela insegurança e dispêndios decorrentes de trechos encachoeirados dos rio e da resistência de povos indígenas as invasão de seus territórios tribais..."

No âmbito dessas dificuldades que imperava em Vila Bela, a população migrou para outras regiões.

Diante desses fatos, atuante até a primeira metade do século XIX, D. Pedro I transferiu a capital para Cuiabá e toda máquina administrativa através da lei nº 19 de 28 de agosto de 1835, influenciado pela camada social detentora de poder econômico e político, a qual alegava às autoridades governamentais que Vila Bela era um lugar insalubre, inadequado para ser capital, já que essa insalubridade explicava as variedades de doenças que proliferavam em Vila Bela, tais como as febres, pneumonias, pleurizes, malárias, ect.

No entanto, o interesse da camada social elevada não estava direcionada apenas na preocupação da saúde, e sim em inserir Mato Grosso no comércio internacional, abastecendo os países europeus que passavam pela Revolução Industrial e precisavam de matérias primas.

Assim, houve resistência dos moradores de Vila Bela no que tange, a transferência da capital. E paralelamente, à transferência da capital houve a migração dos brancos para Cuiabá com escravos mais fortes, propícios a dar-lhes lucros, a decadência dos veios auríferos e a desestruturação da camada social.

Posteriormente à transferência da capital de Vila Bela para Cuiabá, coube aos negros, à minoria branca e aos índios chiquitanos que residiam em Vila Bela, o papel fundamental de reerguer a cidade.

Assim, nesse novo território, em plena época escravocrata, os negros se tornaram homens "livres" frente a uma América de subjugação para onde os negros eram trazidos à força, com suas famílias divididas, sua estrutura social esmagada, suas línguas suprimidas, para trabalhar sem recompensa em beneficio de seus opressores.

Até então, os negros de Vila Bela faziam parte deste quadro, mas com a saída da maioria branca, de certa forma estavam livres, pois eram eles que detinham o saber acumulado sobre a prática agrícola naquele ambiente. Maria de Lourdes Bandeira em sua pesquisa, enfatiza claramente essa passagem:

> "Os brancos que ficaram não foram capazes de rearticular a sua casta no novo quadro político, econômico e social. Essa incompetência ficou historicamente demonstrada pela formação das comunidades de pretos numa sede de município que, enquanto tal dispunha dos mecanismos político-administrativos com que o estado assegurava amplamente a organicidade do poder da casta ou classe dominante." (Bandeira ,1988:129)

Pela menção do fragmento acima, podemos perceber que os esforços e luta dos negros e ainda a ajuda da minoria branca e índios é que reergueu Vila Bela. Nesse espaço, negros e índios cada vez mais familiarizados com hábitos de submissão improvisaram, a seu modo, novas formas de viver inclusive para suportar melhor o imprevisto de situações difíceis e neutralizar a angústia diante de seus esforços. Vivências que, no

limite, viabilizaram a solidariedade e afetividade. É nesse território vasto e pouco povoado que foi se constituindo Vila Bela da Santíssima Trindade.

Desse modo o complexo processo da transferência da capital de Vila Bela para Cuiabá e o despovoamento de Vila Bela significou a hegemonia do negro no território. Além do mais os negros inconscientemente fundamentavam que Vila Bela era lugar de negros, pois brancos não suportavam a insalubridade da cidade. Este discurso foi uma arma poderosíssima para a hegemonia e liberdade do negro, ajudadas na preservação de seus espaços e laços familiares. Essa justificativa configurava-se com precisão que Vila Bela era cidade apenas de negros, impedindo a migração de brancos e reforçando o espaço negro. Maria de Lourdes Bandeira em seu trabalho relata esse fenômeno:

> "(...)Sendo a comunidade fundada na origem racial, a terra ocupada passou a ser vista pelos regionais como terras de pretos, lugar em que brancos não conseguiam sobreviver às resistências ambientais, como área inadequada à vida de branco. Por sua vez, os pretos se apropriaram da área como território comunal.

I – IMIGRAÇÃO DOS ÍNDIOS CHIQUITANOS PARA VILA BELA

É importante referenciarmos a ocupação de índios nessa região e que se revestiram de grande importância no quadro geral do povoamento em Vila Bela no século XVIII.

Os primeiros sinais de povoamento que a comitiva de Manoel Felis Lima e seus amigos ao explorar o rio Guaporé encontraram, foram várias aldeias em ambas as margens do rio Guaporé, antes da fundação de Vila Bela. Tal fato permitiu o conhecimento de suas culturas e na aceleração da colonização no lado oriental do Paraguai e do Guaporé, devido à existência dessas missões, principalmente a de São Rafael de Chiquitos e de San Miguel. Barbosa de Sá em seu livro, descreve dados importantes sobre esta trajetória:

> "Revistou todos aqueles districtos a povoação de S. Miguel, Sancta Maria Magdalena, a de São Martinho, São Luis e a Conceyção de Bauris a Exaltação de Sancta Cruz de Cuyabá São Pedro de Caniquian, São Romão e a cidade de Sancta Cruz de La Sierra; adqueria noticia de toda a provincia pelos espanhoes e índio com quem tractou conversou prezentou observou seus costumes tractos e negociaçoens armas e forças militares tomou conhecimento das nações bárbaras vizinhas distancias alturas capacidade da navegação e tudo mais que convinha fez hua fiel relação que entre-

> gou ao Luis este a remeteo ao ouvidor a este a sua magestadade com a qual informação vejo no seguinte anno decreto do ditto senhor em como fazia Matto Grosso cabeça de capitania com governo e juízo de fora e privilegio a todos seus moradores e pessoas que nelle se fossem estabelecer." (1975:45)

Nessas perspectivas que em 1752, fundou-se a Vila Bela que tinha como diretriz a garantia da posse do rio Guaporé e a sustentação e defesa dos limites na Amazônia do interesse de Portugal. É com esses fins que Rolim de Moura ao partir para o Brasil, trouxe instruções da rainha Mariana da Áustria, a mando de D. João V, o qual enfatizava a diplomacia nas questões de fronteira e prevenções com o domínios espanhóis e jesuítas, pois na área de fronteira, existiam missões espanholas de Santa Ana, São Rafael, Santa Rosa, São Miguel, Santo Inácio, Concução de Baures, São Xavier, São José, São João, São Thiago. Essas missões não estavam ocultas aos olhares portugueses, conforme se pode constatar nos relatos de Barbosa de Sá. Além disso, Rolim de Moura ao fundar Vila Bela já havia feito espionagem a respeito das missões, para melhor se defender.

Essas missões sentiam freqüentemente ameaçadas pelos portugueses em decorrência do novo Tratado de Madri, que os incumbiu de abandonar a missão de Santa Rosa, fundada à margem direita do Guaporé que de acordo com o tratado passava a fazer parte do Império Português e a comunicação permanente com Belém. Além desse ocorrido, havia também a ameaça do seu próprio território, pois a presença portuguesa limitava e coagia as atividades das missões no território espanhol, proibindo-lhe a liberdade de ir e vir, devido a utilização de mão-de-obra indígena, apesar

dos mesmos não estarem "oficialmente" sujeito à escravidão. Em carta a D. Francisco Xavier de Mendonça Furtado, governador da Capitania do Grão Pará, datada de 30 de janeiro de1754, Rolim de Moura cita o tráfico de escravos índios entre Pará e Mato Grosso, revelando que:

> "Em várias ocasiões têm sido aqui trazidos muitos índios a titulo de cativos, e como tais se tem vendido até em praças pública (...) Daqui também farão a mesma diligên cia de introduzir nessa capitania por cativos os que puderam e ainda complementa ao governador do Pará que em Mato Grosso: Só o estão declarados (cativos) por sua majestade o caiapós e paiaguas, mas destes em todos o meu Distrito são raríssimo e nessas minas me não consta haja alguns nem que para baixo tenham rodados."
> (UFMT,1982:23)

Temos neste fragmentos, relatos detalhados de uma prática que, apesar de ilegal, e não oficial, parece ter sido relativamente freqüente em Mato Grosso,possibilitando a crescente inimizade dos índios matogrossenses com os portugueses. Sucedendo o mesmo entre os índios das missões com os portugueses da região guaporeana. Além do mais, em decorrência dessas limitações e ameaças, os índios não poderiam explorar a abundância de cacau situadas à margem direita do Itenez (Guaporé), o qual fazia parte de sua subsistência.

No bojo dessas sucessões, freqüentemente os portugueses adotavam práticas provocativas com as missões, ou seja, Vila Bela recebia os índios fugidos das missões e receptava contrabando espanhol, como gado, prata, muares etc. Assim as missões além de permitirem o contrabando de ouro, recebiam escravos fugidos de Vila Bela;

dando-lhe moradia e ajuda para chegarem, como livres, a província de Mochos e Chiquitanos. Maria de Lourdes (1988, 8:75) relata essa passagem segundo Valgaço que "*além de índios do território nacional, vieram para Vila Bela como refugiados, em mais de uma ocasião, índios bolivianos das províncias de chiquitos e dos mochos.*"

De acordo com esses dados é possível certificamos que em Vila Bela não aparecem somente índios que foram obrigados a migração, com fins de atender a interesses políticos de ambas as partes. Maria de Lourdes Bandeira, em sua pesquisa fornece dados relevantes sobre o número real da população em Vila Bela no ano de 1752:

> "O primeiro dado quantitativo da população do arraiais das minas do Mato Grosso data de 1752. Foi registrado pelo governador da Província , D. Antonio Rolim de Moura. Em sua correspondência informa que naquele ano a popu lação era de 2.227 almas, das quais 1.175 escravas. Os 1052 livres eram em sua maioria mulatos, bastardos [2] e pretos forro além de índios e branco ..."

No entanto, depois de 1767, o número de chiquitanos em Vila Bela se elevou em decorrência da expulsão dos jesuítas, e a sua substituição pelos franciscanos que passaram a permitir a utilização de mão de obra indígena pelos encomendeiros. Assim, muitos índios procuraram abrigo em território português, que com fins de povoamento, proporcionava certas regalias. Conforme o trabalho de José Eduardo Fernandes Moreira Costa (124) "*a Coroa Portuguesa implementou um arcabouço legal para a fixação dos índios em seus aldeiamentos e sua posterior assimilação*".

---

[2] De acordo com Rolim de Moura (Vol, III : 47), por bastardo "cana américa" se entede filho de branco com índio

É importante frisar que em 1759 houve um lei que excomungava todos aqueles que escravizassem os índios ou que não cumpriam as leis anteriores, e em 1798, uma nova lei extinguiu o cargo de Diretor de Índios no Brasil, restituindo assim os direitos de igualdade com outros homens livres.

No âmbito dessas leis é que os portugueses davam abrigo aos índios, sucedendo a colonização de Vila Maria, com os índios das missões de Santo Coração, Santiago e São João. Esses fatos são uma das questões que contribuíram para a transferência da capital para Vila Bela, pois o governo de Vila Bela envolvia-se em episódios conflitantes com os espanhóis, apoiando abrigo dos índios na região, e ainda almejava a anexação daquela província, que contrariava a elite cuiabana, que almejava a independência do Brasil. E anexação da província estrangeira, significava uma atitude antipatriótica.

Assim, a disputa territorial e o processo histórico da formação dos estados brasileiros e boliviano contribuíram para a intensa emigração desses índios. Principalmente com a independência da Bolívia e a Guerra do Chaco. Segundo Moreno:

> "No decorrer do período em que perdurou a guerra da independência, de 1814, intensificou-se a fuga de chiquitanos para Mato Grosso, onde muitos se fixaram em Casalvasco. Constatou-se uma redução considerável das populações Indígenas nas missões de São João, Santo Coração, Santa Anna e São Rafael." (1992:135-144).

Como se pode ver Casalvasco foi a porta de entrada para a chegada maciça de imigrantes chiquitanos, provocando o aumento de

mão de obra para a produção de gênero alimentícios e uma competição ferrenha com missão de Santa Anna, usando a moradia como subsídios para mantê-los na região. Conforme pode-se observar na carta do Juiz de Paz:

Ilmo .Exmo. Senhor

O juiz de paz da Povoação de Casalvasco julgou ser indispensável levar ao conhecimento de V. Excia. Que os índios aldeados nesta mesma povoação com quem a nação tem dispendido humma comma de oitavas para conseguir o seu camo do a vinte anno a esta parte, agora depproxima por sedutores, conducto de outros querem deixar esta mesma povoação e passarem-se para Bulivia a maior partes delles deixando huãa grandes moradas cazas da nação onde morão os ditos, quase a cahir e nestes termos o juiz de paz exige que V. Excia. dê as providencias necessárias a fim de retificarem assuas moradas (...)" (APM, Lata 1834b:Mato Grosso)

Esses relatos mostram que havia muito esforço para manter os índios em Casalvasco, ao contrário eles emigrariam para o país de origem, o que resultava em uma fronteira com fluxos e refluxos migratórios impelidos por eventos históricos ou mesmo pela historicidade de cada um.

Nesse panorama de fluxos que cedeu o avanço de índios chiquitanos em várias regiões do território matogrossense e principalmente em Vila Bela. Logo esses índios foram se integrando à

comunidade, nas primeiras décadas como mão de obra escrava depois como índio livres à procura de espaço[3] e trabalho.

A convivência com a comunidade vilabelense proporcionou a reciprocidade de cooperação, colaboração mútua. No entanto, essa aliança não foi uma prática freqüente com índios de outras tribos, devido aos choques e conflitos que perpassavam em ambos os lados, em decorrência disso, os vilabelenses viviam próximos, um dos outros para melhor se defenderem dos índios Parecis, Nhambiquaras e Cabixis, que na maioria das vezes os pegavam de supressa, roubando e queimando parte ou quase tudo de sua subsistência.

Somente os índios chiquitanos conseguiram incorporar-se na comunidade vilabelense, devido à catequização dos jesuítas esses índios apresentavam-se submissos, educados e ainda acumulavam várias práticas de produção agrícola. O padre Nicolau Badariott , em viagem à região do alto Paraguai em 1898, descreveu o seu encontro com os índios chiquitanos:

> "Esta raça (chiquito) é oriunda da Bolívia onde constitui um elemento respeitável gozando já de foros de civilizada. São os chiquitos relativamente cathechisados, embora misturem ainda ao christianismo algumas práticas superticiosas o que não é para admirar, são bons agricultores, sábios, laboriosos e intelligentes".(1898,62:63)

III – QUADRO TEÓRICO

A Análise de Discurso (AD), foi fundada por Michel Pêcheux, no final dos anos 60, nascendo do questionamento no campo da Lingüística, propondo a análise das condições de possibilidades do discurso, e dos processos discursivos.

Essa conexão supõem lidar com novos sentidos, para compreensão dos objetos de linguagem, por que a linguagem não significa em si e nem se preenche de sentidos, esses são constituídos pelas diferenças, contradições, ideologia, movimentos históricos, etc. Segundo Orlandi (2001:86) "A Análise discurso se define pela sua proposta das novas maneiras de ler, colocando o dito em relação ao não dito, ao dito em outro lugar(...)".

Assim, a AD visa compreender o discurso como processo, indagando sobre as condições de sua produção, partindo do

---

[3] Em 1850, com as lei das terras as terras passaram para mãos de fazendeiro, transformando os aldeamentos chiquitano, até certo ponto independentes em mão de obra assalariada, quando não a sua expulsão através da coação irresistível.

parâmetro que o discurso é direcionado pelo histórico e o social. Que o constitui.

A AD se desvencilha da história como cronologia para se ater a um histórico não transparente e assujeitado pela ideologia, tendo em sua matizes a produção de sentidos, tal concepção esta explícita nas seguintes palavras de P.Henry (1985, 25) :

> "(...) não há fato ou acontecimento históricos que não faça sentido, que não peça que lhe encontre causas e conseqüências. É isto que constitui para nós, a história, esse fazer sentido, mesmo que se possa divergir desse sentido em cada caso."

Esse fazer sentido é a essência da realidade, quer dizer, constitui e permeia tudo que nos rodeia. O sentido é um território a partir do qual as identidades do "eu" e do "nos" brotam, emergem, nutrem-se transformam-se ou dissolvem-se, a partir de uma interpretação, que remete sempre a acontecimentos anteriores, e nos quais as formulações relacionam-se historicamente. De acordo com Orlandi (1998:51):

> "A interpretação, para a AD, está na própria base da constituição do sentido. Não há sentidos dados; estes são construídos por através de sujeitos inscritos numa história, num processo simbólico duplamente descentrado pelo inconsciente e pela ideologia."

Isso significa que, o sujeito se enraiza em um enuciável que se insere em redes de sentidos ao mesmo tempo que pode ser desestruturado ou reestruturado através da linguagem.

A AD abrange no interior do discurso os diferentes sentidos que se distinguem conforme a sua produção e apreensão, o qual é possível perceber os efeitos lingüísticos materiais da na história, ao mesmo tempo em que os efeitos históricos na materialidade lingüística.

Assim, na produção de sentidos a ideologia funciona pela interpretação ou assujeitamento do sujeito, como sujeito ideológico. Conforme mostra (Orlandi, 1990:29): *"Se a linguagem aparece nesse quadro teórico como a materialidade específica do discurso, este, por sua vez se define como materialidade específica da ideologia."*

Desse modo, a AD visa focalizar o jogo de linearidade que determinam a linguagem em uma cultura em acontecimentos que regem em um dado momento a sociedade, bem como a aparição dos enunciados, sua conservação, os laços que são estabelecidos entre eles, o papel que executam as regras que os afetam .

Nessas perspectivas, a AD inscreve-se em um quadro que articula o lingüístico com o social, além de se estender para outras áreas do conhecimento discursivo, pois a linguagem passa a ser um mecanismo que deve ser estudado não em relação ao seu sistema interno mas também enquanto formação ideológica, que se manifesta através do social-ideológico.

Assim, a AD busca compreender qual é a posição que ocupa o indivíduo para ser sujeito, já que diversas posições de subjetividade podem manifestar-se e tais manifestações falam pelo sujeito, o qual é assujeitado pelas falas ideológicas que lhes antecedem

Neste ínterim, a Análise do Discurso Francesa, através de Michel Pêcheux; aponta a idéia de inconsciência dos sujeitos , já que estes ocupam posições pré-estabelecidas pela formação social a que pertencem e produzem um discurso que na verdade é um " já dito". Dessa forma, os sujeitos pensam que dominam o próprio discurso, mas na verdade são dominados por ele. Neste contexto (Orlandi, 2001:10) explicita que:

> "O momento em que o sujeito diz que o que diz. Em que se assume autor. Representa-se na origem do que diz com responsabilidade, suas necessidades, seus sentimentos, seus desígnios, suas expectativas, sua determinação.Pois, não esqueçamos, o sujeito é determinado pela exterioridade mas, na forma-sujeito histórico que é a do capitalismo, ela se constitui por esta ambigüidade de,ao mesmo tempo, determinar o que diz."

O papel do analista sob a égide da teoria do discurso, é de considerar as condições de produção de qualquer discurso sejam elas de cunho social, ideológico ou cultural, reconhecendo os processos de constituição do sujeito e dos sentidos, levando em conta a linguagem enquanto estrutura e acontecimentos, sujeito a falha e ao equívoco, bem como a sua produção num espaço móvel de divisões de deslocamentos, de retomadas e de conflitos o qual constituem os saberes de um dada época e sociedade.

Sendo assim, a função do analista não perpassa apenas na interpretação, mas compreender como um discurso funciona e produz sentidos. Pois o sujeito é uma construção histórica carregada de significações. Portanto, ao buscar sentido histórico no discurso do sujeito o

que se deseja compreender não é o mero reflexo de uma suposta realidade empírica, mas o próprio processo de elaboração simbólica, em que a materialidade ideológica se concretiza, onde o sujeito e sentido se constituem ao mesmo tempo.

O campo da produção desses sentidos é movente, ou seja, não se esgota em si mesmo. É nessas fronteiras que a interpretação se alimenta, exatamente desse movimento, não se limitando a decodificação dos signos, e nem se restringindo ao desvendamento de sentidos exteriores ao discurso.

Segundo essas diretrizes teóricas provenientes da Análise de Discurso, recortarei o espaço de análise e utilizarei o dispositivo teórico e os procedimentos práticos da AD buscando compreender os sentidos que constituem o índio chiquitano na história de Vila Bela.

IV – CORPUS DE ANÁLISE

O corpus de análise é constituído por dois depoimentos, um concedido pelo Sr. Elísio Ferreira de Souza ,o outro pelo Sr.João Ortiz Lopes, e por dois históricos legitimados sobre Vila Bela.

Inicialmente apresentaremos as entrevistas, por sua vez os históricos serão incorporados junto aos anexos.

3.1 - Entrevista concedida pelo senhor Elísio Ferreira de Souza :

meu nome... Elísio Ferreira de Souza... nascido em Vila Bela em 1939... doze de dezembro de trinta e nove...o que a gente conhece e o que a gente tem alguma coisa a falar a respeito... tendo o nosso conhecimento que... esse povo que se encontra hoje grande parte já residindo em Vila Bela... eles têm suas origens de índios... dos índios chiquitanos... mas dentro de nossa convivência nos sentimos que eles se sentem assim discriminados quando tratam ele de chiquito... índio... de uma forma [bugre]... eles não gostam pela humildade certamente... a maneira de viver... a maneira de ser tratado né(?)... porque dentro do ano... eles moravam de fato na mata... com o

desenvolvimento daquela região né (?)... da Bolívia,... eles pela humildade... ou pela forma de ser... eles viviam sempre na faixa de fronteira... entre Brasil e Bolívia... tá... e a Bolívia, é de conhecimento de vários que houve período que o poder público lá... seja lá... os administradores... presidente... outras autoridades... as eleições não ocorria normalmente... sempre era deposto... então dependendo do grupo que ganhava ou perdia eles eram perseguidos... quem ganhava ou perdia geralmente eles eram perseguidos e começava a entrar nas matas a dentro né(?)... e eles passaram a conviver... viver na faixa de fronteira... i com uma certa temporada ai veio as demarcações de divisa entre o Brasil e Bolívia que antes não existia uma demarcação definitiva... então a preocupação era pôr eles ali já que era território boliviano... mas ficou uma faixa sem demarcar os limites... chegou até o nosso conhecimento já praticamente quando eu era vereador na época... quando veio a demarcação definitiva da fronteira... então o comandante e o exército de Cáceres se preocupou muito em acompanhar esse trabalho né(?)... e como esta ocupação já estava dentro praticamente da nossa área...i... eles moravam pelos destacamentos mas sem uma propriedade fixa... após vim a demarcação definitiva... com eles já tinham propriedade do lado de cá do Brasil...i...eles tiveram que tomar uma posição... se eles ficassem do lado de cá... não foi proibindo que eles se retornassem... mas eles teriam que ser naturalizado brasileiro e falar a língua brasileira né(?) e eles acharam por bem [ficar no Brasil]... ficaram no Brasil... através do Incra começaram a demarcação de áreas... as colônias daqui.. dali... aqui no Incra tem documentos... sobre isso... aonde eles desocuparam as moradias na área do destacamento que era uma área de

reserva e foram se aglomerar lá onde foi a determinação pra eles ficarem em definitivo... e logicamente que os estudos começaram a se desenvolver... escola no destacamento até a 4ª série primaria... e com interesse de que seu filhos continuassem os estudos... eles se aproximaram mais aqui da Vila... principalmente na área do aeroporto...dentro da nossa cultura que origina da cultura boliviana... tem a dança da chovena... e isso ocorre no período do carnaval geralmente no final da nossa festa eles fazem a apresentação deles também em termos de alimentação que nos usamos até hoje é a comida por nome de banana cozinha com torresmo... socado no pilão com torresmo de toucinho de porco... que por sorte é uma comida muito forte... um alimento muito bom... também temos o baqueté com vasilha de transporte... é um cesto de tamanho diverso feito de palha... e porventura muito bem apropriado para transportar produtos como milho... arroz e muitos vilabelenses usaram aquilo ali...eles são católicos... com nós... não sei se foi uma imposição dos portugueses... ou não porque aqui pra nós não têm aquela religiosidade de tradição negra mesmo... como o camdoblé e outros...também a linguagem é a portuguesa... tem pessoa que fala uma partizinha do castelhano... mas não por hábito... fala só o necessário quando fala castelhano com ele...eles plantam o milho... batata... mandioca agora... unicamente mais é só pra sobrevivência né... eles nunca tiveram aquela ambição de se produzir muito... pra vender pra isso... aquele outro... sempre mais para o consumo dele...a tendência desses índios é diminuir... porque hoje já tá havendo casamento relacionamentos né... a vinda deles pra cá não tá vindo mais... têm alguns descendentes... mas outros já tá sendo bem misturados com a população negra ou branca...nos vilabelense... nos não

temos assim razão de discriminá-los pela humildade que ele já têm... eles sempre foram pessoas... e a única diferença que eles foram a princípio que eles nunca foram assim de encancapar trabalho forte... aquela coisa toda... de querer desenvolver... aquela ambição de querer crescer... caçavam pescavam sem nenhuma ambição de residência... os casebres de palha mesmo... sempre naquela humildade e sem deixar a margem também deles serem prejudicado nada né(?)...

3.2 - Entrevista concedida pelo senhor João Ortiz Lopes RG 261.084 natural de Vila Bela 10/11/1948:

bom... primeiro coisa que eu cheguei por aqui... foi em 64... pra trabalhar né... na fazenda da Sr. Marcelo Profeta da Cruz né... então trabalhei... durante o tempo qui fiquei porali... trabalhei com eli... diretamente... i depois quando ele faleceu passei a trabalhar... com o padrinho Sarriol né... que é meu padrinho de casamento... passo uns tempo... mas eu morano aqui na cidade! né(?)... e quando não tinha casa aqui na cidade... então... eu trabalhava na fazenda... lá junto com o pai dele... Joaquim Marcelo... depois quele faleceu... já tinha minha casa aqui... aí... a filha dele mando desocupa o lugar... intão nós viemos pra cá... mas já tava minha casa... já tava feita... tava no aluguel... minha casa... modo dize né(?)... que é di minha mulher... mas é mema coisa... moramos junto faz tempo já... tem uns... 30... e... quatro... foi im... acho qui foi... im 67... então lá... onde eu morava lá fronteira... lá era voluta... lá né... num tinha data... num tinha nada... onde

você morava num lugar... esse era seu né(?)...mas não tinha direito... de nada... então... morei todo esse tempo lá... aí vim pracá pra trabaiá... i até agora to puraqui... casei... tenho esposa negra... é vilabelense nato... né... então casei e fiquei puraqui... sou pai de três filho né(?)... tão tudo aqui graças a Deus... i... até agora tô aqui...eu com os conterrâneo que tem puraqui né... até agora graças a Deus tão tudo em paz né(?)... até agora graças a Deus tão tudo em paz né(?)... somo amigos... tanto faz como bileviano... com pessoa daqui memo de Vila Bela tudo amigu graças sa Deus... até agora não tenho a dizer nada... tô feliz... tranqüilo...lutano... pela vida... trabalho... bem dizer... braçal né(?)... já funcionário da prefeitura né(?)... intão... agora tô... eu mi sinto de mi chamar bugri... mas... esse finado Marcelo mi dava muito conselho... bugri... modo de dizer é genti... que num tem nada na vida né(?)... esse reconheci aqui no Brasil... chama de bugri é nesse mutivo... então purisso que eu não... pode tê chamadu eu di bugri... não ligu... num tira pedaço nem nada... antes eu prifiria mi chamar de biliviano que di chamar de bugri né(?)... isso eu prifiro né(?)... mas di tudo jeito que mi tratar... num tem nada a vê.... num tira pedaço... eu sou egualmente dele também... sangue é um só... só modifica de pele um pouquinho né(?)... mas... e do cabelo como modo de dizer né(?)... que lá é liso né(?) e aqui no Brasil... porém... aqui né(?)... nessa cidade... tem o cabelo mais duro né(?)... assim como meus filhos... e eles nasceram com cabelo cacheado purcausa da mãe... bom... vortando no meu patrão finado Marcelo... assim ele falava né(?)... que a iscravidão foi no tempo de Mari Elizabeth que libertô o Brasil... então daí pra cá num tinha mais escravidão e próprio ele memo... ele foi nascido nu tempo dele num tinha mais

escravidão... ele contava pur historias... por livro... por quem escreveu... a gente ia trocando idéia assim... ele falava que bugri na linguagem brasileira como fala diz que é a pessoa qui não tem nada... um mindingu... como modo di dizer né(?)... é num faz nada... num nada na vida... esse quele conheci com bugri... assim ele falava né(?)... contava estória né(?)... que ele falava pros parentes a fulano requero a terra... i eles falavam requeré pra... pra que Marcelo a terra é nosso senhor que deixou...já como ele abriu os olhos... aí a coisa requereu a terra... hoje em dia... para ter uma moradia então comprou... então requereu... ele contava que quando requereu a terra a fazenda foi uma briga com o parente dele... há ocê ta bestiano Marcelo... que num pode né(?)... a terra é nossa... num sei oquê... ele falava ocê vai vê se é... é nosso né(?)... e quando ele morreu todo mundo já tinha direito né(?)... é antes dele morrê ele repartiu pra todo filho dele... o que vendeu vendeu... o que num passou passou pros filhos deles... i são dono... daquele pedaço... daquele lado qui não foi vendido né(?)... igualmente nós... ele deu 50 alqueires pra ela que era cozinheira dele há muitos anos... então aí quando acabou de cortar apareceu um compradô... então ele gostô daquele pedaço onde deu pra ela... eu pensei bem controlei com ela i... Nós vendemos i... comprei a casa na cidade... muito não tem casa purque não abriram os olhos... também num deu... num comprô... muitos bulivianos quandu chegaram puraqui já tudo morava na fazenda... Eu danço no carnavalito, mas não troco flauta... só bato caixa quando eles faz a festa deles lá... ele mi procura eu vou bater purquê nu tempo de minha mãe da festa né(?)... eu festava... aí eu passei pra cá... i aqui também tinha uns

quantos bulivianos aqui... então tocava flauta i... eu batia caixa... isso é diversão... é a festa dele né(?)... memo...

V – ANÁLISE DOS DEPOIMENTOS

"(...) mas dentro de nossa convivência nós sentimos que eles sentem assim discriminados quando tratam ele de chiquito... índio... de uma forma bugre(...)"

Este discurso denota o aludido temor que envolta a identidade indígena cuja existência se organiza em processos complexos de significado. Inicialmente, pelo distanciamento natural existente nos primeiros contatos com quaisquer comunidades e em particular na relação de desconfiança arraigada ao longo dos séculos, na fronteira, e na relação "bugre" e "civilizado".

Nesse sentido, o discurso do Sr. Elízio é conflituoso ao enfatizar "nos sentimos que eles sentem assim discriminados". Nos quem? A comunidade vilabelense ou o próprio índio? No fragmento percebe-se que busca-se uma justificação e não uma causa que pressuponha este motivo, que ocorre em uma rede encadeada de significações, onde o índio conhece a sua inferioridade e reconhece a falta de poder para realizar mudanças culturais, grupais, individuais no espaço por eles ocupado.

Neste enunciado, as relações argumentativas indicam a justificativa da inferioridade indígena que se sustenta no "já posto" do interdiscurso que dá autoridade a quem fala, constituindo o sentido histórico legitimado.

Podemos compreender, conforme a teoria de Ducrôt, a seqüência da ilustração, onde ABC são segmentos da seqüência da seqüência e DEF são elementos semânticos.

A (D) mas dentro de nossa convivência

B (E) nós sentimos que eles sentem assim discriminados

C (F) quando tratam ele de chiquito... índio... de uma forma bugre.

Considerando qua [(D-) A] mas [E-)~ A) -] ~ A . Ou seja, [mas dentro de nossa convivência é argumento para [A], mas ao contrário e predominantemente, [nós sentimos que eles sentem assim discriminados] e argumento para (não – A). Considerando que [A] pode ser interpretado como nós sentimos que eles são discriminados, assim a conclusão a que leva a seqüência A pode ser nós sentimos que eles são discriminados.

Assim, o enunciado vai se organizando na direção argumentativa, do argumento predominante da primeira frase, o argumento nós (nós sentimos que eles sentem assim discriminados).

Pode-se notar isso na sua continuação "quando tratam ele de chiquito... índio... de uma forma bugre."

No entanto, ao mesmo tempo, que o recorte apresenta uma justificativa face a posição do índio no espaço vilabelense, há a necessidade deles se sentirem marginalizados em decorrência dos mesmos

se estabelecerem em um lugar não-indígena. Contudo, a posição de onde se dá este discurso como justificativa não predominante se apresenta como lugar do sujeito enquanto negro e cidadão vilabelense. Essa justificativa confirma a necessidade da indignação e até mesmo compaixão do cidadão negro vilabelense para com o índio chiquitano em sua condição de discriminação. O que apresenta o cruzamento de dois discursos: de um lado, o da superioridade da comunidade vilabelense por estar em seu território, e de outro, o da inferioridade do índio, por se sentir deslocado no espaço do outro. É essa superioridade do cidadão vilabelense que funciona como mecanismo das relações argumentativas, assumindo o discurso de falar no lugar do índio, que se apresenta falado, seguindo este pensamento de (Orlandi, 1990:) que expõe:

> "A ideologia se define aqui tal como dissemos no início, como o processo de produção de uma interpretação particular que apareceria, no entanto, como a interpretação necessária e que atribui sentidos fixos às palavras, em um contexto histórico dado."

Desse modo, o mecanismo ideológico movimenta-se pelo interdiscurso no acontecimento, o qual direciona a justificativa advinda da relação: eu-vilabelense-cidadão. Contudo, este eu-vilabelense-cidadão está no discurso enquanto posição de sujeito determinado pelo interdiscurso que é infiltrado pelo processo histórico, social e ideológico.

Outro depoimento do Sr. Elízio que requer maior compreensão é no que tange a moradia, de acordo com o Sr. Elízio: *"(...)porque dentro de nosso conhecimento eles não são bolivianos... eles*

moravam de fato na mata... com o desenvolvimento daquela região né(?)... da Bolívia... eles pela humildade... ou... pela forma de ser... eles viviam sempre na faixa de fronteira... entre Brasil e Bolívia(...)"

Este recorte traz uma relação com a unidade política, colonizadores e colonizados. Quando o Sr. Elízio enfatiza "... eles pela humildade... ou pela forma de ser... eles viviam sempre na faixa fronteira..."Os chiquitanos deslocados pelas intensas lutas ocorridas entre Brasil e Bolívia perderam seu território original, sendo vitimados por uma espécie de nomadismo obrigatório. Apaga-se, assim, o fato de que os chiquitanos, ou brasileiros ou bolivianos, estavam presentes nessa região muito antes da chegada dos europeus.

Esse apagamento aponta para o discurso que estabelece as bases ideológicas de formação do país e da construção de uma identidade indígena imaginária, ou seja, troca-se a identidade indígena por uma diferenciada o qual o índio transforma-se no outro, "humilde e bom" que tem como paradigma a exclusão e marginalização.

Depreende-se daí, que o discurso legitima a ordem social em vigor, em decorrência do desenvolvimento territorial e o florescimento das bases capitalistas, os índios por serem "bons", "humildes" e "desprovidos de qualquer ambição" preferiram ir morar em qualquer lugar que lutar pelo próprio espaço.

A homogeneidade e a legitimação desse discurso, é percebida dentro de um todo complexo, onde as especificidades das articulações de toda a unidade política, iniciados pela estrutura governamental e jesuíta, culminaram no modo de ser do índio chiquitano.

Discurso que explicita a facilidade de deslocamento do índio em oposição à resistência e revolta, caracterizando o apagamento cultural, onde o silêncio se instaura e se materializa determinado e direcionando os limites do dizer.

Assim, o discurso institucionalizado sobre o índio, silencia e apaga as suas crenças, fantasias, sonhos e interesses, passando a representar para a sociedade o sentido daquilo que é "verdadeiro", sem necessariamente, precisar usar o recurso da coerção física, para fazer com que o índio obedeça as normas impostas. Pois, o discurso em si, já é coercitivo, em seu bojo perpassa uma materialidade específica interligada sobre a materialidade econômica e social que caracteriza e produz a ideologia, a qual o sujeito-índio internaliza e inconscientemente passa a ocupar seu lugar em um determinado grupo social, sem questionar.

Isso equivale a dizer que as formações discursivas ligadas a formações ideológicas, direcionam, um espaço único de sentidos e interpretações e determina o que pode ser falado, nesse sentido o discurso ideológico adotado pelo sujeito-cidadão-vilabelense é um discurso de conservação e resistência às diferenças. Com efeito, esse discurso, é a retomada do discurso do colonizador. (Orlandi,1990:47) aponta que:

> "... pela determinação histórica dos processo de produção de sentidos sobre o brasileiro, se constitui (se fixa) a relação colonizador-colonizado. De tal forma que mesmo depois do período colonial, a marca de nascença do brasileiro reproduz toda vez que se instalam, nas relações, as condições para que esse mesmo discurso colonialista se realize (retorne)"

Assim, o discurso do colonizado, que é um reflexo do discurso do colonizador, faz um recorte do real, por um mecanismo de manipulação e coerção, o real é intencionalmente omitido na medida que o discurso escamoteia o modo de ser do índio. É esse recorte dominante que faz da comunidade indígena, situar-se num mundo de humildade e respeito que apaga seus anseios e necessidades. (Orlandi, 1990:39) demonstra que:

> "Cada FD define o que pode e deve ser dito a partir de uma posição do sujeito, em uma certa conjuntura. O complexo das formações discursivas em seu conjunto, define o universo do dizível e especifica em suas diferenças, o limite do dizer para os sujeitos em suas distintas posições (remissíveis) a diferentes FDs."

Neste contexto, é necessário retomar outro fragmento do discurso do Sr. Elízio, no qual podemos constatar a relação com o discurso colonizador: *"(...)após vim a demarcação definitiva... como eles já tinham propriedade do lado de cá do Brasil... i... eles tiveram que tomar uma posição... se eles ficassem do lado de cá... não foi proibido que eles se retornassem... mas eles teriam que ser naturalizado brasileiro e falar a língua brasileira né(?)..."*

Denota-se assim, a complexidade estabelecida para o novo brasileiro no que tange a transformação de sua vida e principalmente do seu dialeto eliminando-o como fonte geradora de significação e legitimando o recomeço de sua história como sujeito-cidadão-vilabelense, Dá-se, então "uma quebra" no sujeito índio, sem língua e cultura, para perpetuar em um sujeito vilabelense com condicionamentos históricos-sociais vigentes.

Diante do recorte acima, pode-se perceber que o dialeto teve seu lugar e sua importância para a pacificação do índio chiquitano.

Primeiro, ele foi obrigado a aprender o dialeto castelhano, depois a língua portuguesa, face a estrutura política do país, caracterizando-se como trilíngües, falantes do português, chiquitano e castelhano.

O discurso do Sr. Elízio, quando afirma (... mas eles teriam) o verbo *ter* delineia os contornos de um fundamento que permite aceitar o rompimento e a desconstrução dos padrões de cultura indígena, sobretudo o dialeto para aprender uma língua européia, propícia aos ideais de conquista da civilização por um povo tido como "ignorante". Desse modo, o imaginário da língua do colonizado aponta para um modelo de língua que gere interesse, dinamismo, energia, curiosidade, ambição enquanto a indígena é vista como uma língua inviável, inapta ao modo de organização social naquele espaço presentificado. De acordo com Orlandi:

> "(...) estigmatiza a língua indígena como incapaz de desenvolvimento interno matéria sempre inerte, sem história. Uma língua que não somente é incapaz de influenciar as formas da outras línguas, mas, muito mais que isto, e ela mesma rígida, simples e pobre[4]

[4]Num documento (Barbados II) a propósito do Summer Institute of Lingüística CSK) se pode ler: "[OSIL] sustenta a ideologia do caráter a história estatico, e regressivo das línguas indígenas, segundo o qual essa línguas seriam incapazes de absorver dinamicamente as novas experiências coletivas dos povos oprimidos nos seus confrontos" (Orlandi, 1987)

É dentro desse contexto que se concebeu a língua portuguesa como a língua padrão, que consistia não somente em afirmar a igualdade abstrata, entre eles, mas também para discernir o nós dos outros, ou seja, português superior e índios (não falante do idioma), inferiores. Daí as normas, para que todos os índios que ali se encontravam, deveriam ser naturalizados e falarem a língua portuguesa, dando uma expressão mais ampla, ao colocar a igualdade como fundamento de qualquer política humana criando assim uma igualdade abstrata, a qual se desvencilha do recorte real, passando a ser um fator isolado no discurso, que tem como paradigma a política econômica do território.

Entretanto, trata-se acima de tudo de um problema econômico, que de um lado precisava-se suprir a mão de obra que era escassa em Vila Bela e região. De outro lado, os fazendeiros subordinados pelo trabalho e pela terra remete o preço dessa as alturas, o que resultaria em ter mão de obra indígena residindo em sua terras, culminando com o baixo custo de seu trabalho. Além disso, havia a necessidade de alguns alimentos que não produziam e ainda precisavam-se de roupas, sapatos, remédios etc. O que acarretaria em rendas para os comerciantes locais.

Pode-se dizer que o discurso de naturalizar os índios chiquitanos, implica em povoar a região com o objetivo da política da integração, garantindo a presença do comércio capitalista, isto é, de resguardar os interesses do capital. É exatamente neste ponto que se pode ver como se cruzam o tema da percepção do outro e do comportamento simbólico , através da linguagem que só existe pelo outro, não somente porque sempre se fala a alguém, mas também porque se permite direcionar e

estipular apenas uma interpretação. O discurso do colonizador é um discurso de direito e dever, mas impõe-se ao mesmo tempo que passa a idéia de que são os próprios sujeitos que decidem o que é Bem ou Mal. Orlandi(1990:92) confirma que:

> "A menção da língua de seu lado, se vê engajado pelas informações que devem produzir sobre a cultura, por sua necessidade de produzir um saber que ilustre o novo mundo. Engajamento tanto mais marcado quanto essa menção da língua tem como referência a cultura européia lhes é preciso tornar esse novo mundo lisível pela cultura européia."

Neste ínterim é pertinente apresentar recortes do discurso do índio chiquitano, o Sr. João Ortiz, vejamos: *"(...) até agora não tenho a dizer nada... tô feliz... traquilo...lutano... pela vida... trabalho... bem dizer... braçal né... já fui funcionário da prefeitura né... então agora tô... eu mi sinto de mi chamar de bugri...mas... esse finado Marcelo mi dava muito conselho... Bugri... modo di dizer é gente... que num tem nada na vida né... esse que reconhecí aqui no Brasil... chamadi di bugri... é esse mutivo... então purisso que eu não... pode tê chamadu eu di bugre... não ligu... num tira pedaço nem nada... antes eu prifiria mi chamar de buliviano que di chamar eu di bugri né... issi eu prifiro né..."*

Esse fragmento, é um exemplo curioso de uma tentativa de se desvencilhar da identidade indígena.

O Sr. João ao citar o significado de bugre (transmitido pelo seu antigo patrão) expressa uma profunda decepção quando é chamado de bugre. Como vemos, "bugre, é ser índio e ele é buliviano", isto demostra

a vergonha e a não aceitação de sua própria identidade, pois há uma tentativa de legitimar a sua nacionalidade no lugar de sua etnia, aproximando-se mais dos espanhóis e apagando a própria identidade construída e sustentada sob o alicerce do preconceito e hostilidade, (Orlandi, 1990:66):

> "Pacificar é produzir o apagamento da cultura ou anular qualquer forma de resistência; e a imagem que se tem do índio é a daquele que "deve" submeter-se ao branco, que "deve" reconhecer a autoridade do branco."

Sobre a ótica do apagamento cultural, o discurso do colonizador teve um grande impacto, o que podemos perceber no recorte acima . O índio chiquitano, Sr. João ao pronunciar a frase "... eu mi sinto di chamar de bugri..." evidência toda a ideologia e preconceito que perpassa esse vocábulo "bugre", constituindo uma fonte de mecanismo discursivos em que o sujeito tem como lugar de constituição, o social. O que está em jogo é a forma que foi representada e construída a identidade de bugre para favorecer a unidade política-econômica e social da região.

Contudo, o próprio índio desconhece os sentidos desse discurso político. A tríade pacificar/amansar/subjugar corresponde a esta outra em ordem inversa trabalhar/escravizar/convivência. Daí o conceito ser bugre para o patrão, conscientemente era uma forma de subjugar para melhor trabalhar, resultando em um amansamento para poder escravizar ao mesmo tempo que se tornava pacífico, possibilitando a convivência entre eles.

Face a esse discurso, havia também os índios nhambiquara, denominados igualmente como bugres , e tidos como inferiores, estando a meio caminho entre os homens e os animais porque não trabalhavam, eram violentos e ainda mendigavam sem ter onde morar. Esse discurso serviu para afirmar positivamente a cultura dos brancos a qual constitui um quadro negativo para a identidade indígena diante do reflexo de um índio mal, sujo e preguiçoso. Configurando assim em uma outra identidade cultural, simples, pacíficos, amáveis, humildes e generosos, que se aproximaram do novo padrão europeu ou espanhol.

No recorte acima, o índio chiquitano, Sr. João Ortiz, apresenta-se firme na sua convicção em torno da nova identidade, ao mesmo tempo que continua preocupado com a antiga identidade: *"... pode tê chamadu eu di bugri... não ligu... não tira pedaço nem nada... antes eu prifiria mi chamar di buliviano que di chamar eu di bugri né... isso eu prifiro né..."*

É nítido o conflito que perpassa no discurso indígena, do mesmo tempo que ele aceita, ele silencia, fazendo soar duas vozes, duas culturas, dois pontos, mesmo que esse discurso seja menos evidente na primeira voz, na primeira identidade, ser bugre. (Orlandi, 2001:131) argumenta que:

> "O silêncio é o ponto (todo sentido é efeito de uma refração, todo discurso se funda no equivoco) em que o discurso se desdobra em outras palavras. O silêncio funciona assim como ponto de fuga em que os sentidos desdobram-se."

Diante dessas série de encadeamentos e silêncio que se deve a presença assumida do discurso sobre o índio, o qual facilitou a projeção de uma identidade "outra", em que o índio passou a adotar e ocupar o discurso do outro, inconscientemente. Pois, ao falar o índio se inscreveu em conceitos dados, desconhecendo a verdadeira razão da terminologia bugre.

"... Esse finado Marcelo mi dava muito conselho... bugre... modo di dizer é gente... que num tem nada na vida né..." que caracteriza no discurso do Sr. João um profundo ilusionismo dos sentidos estabelecidos e determinado pelo histórico social. É sabido que a denominação bugre floresceu atrelada aos interesses da terra e pelo confronto com o outro, ou seja, os índios mansos que anteriormente eram tidos como bravos, continuaram a ser chamados de ladrões, preguiçosos, malvados, além de indolentes e bêbados. Com o tempo para que os índios chiquitanos não pudessem ameaçar a posse de suas terras, a identidade do índio chiquitano foi sendo atrelada à de bugre, ladrões, preguiçosos e traiçoeiros. Desse modo, para fugir da identidade indígena, tentam em vão, afirmar que são apenas bolivianos independentes de terem raízes ancestrais em território vilabelense. Entretanto é importante frisar que os índios chiquitanos, ao se deslocarem da Bolívia, já eram "civilizados", em função do processo educativo a que foram submetidos nas missões, o que facilitou o apagamento da identidade comumente pelos regionais de bugres para continuar existindo como seres humanos, implicando em um outro sistema de relações, seja de trabalho, de acesso aos benefícios de educação, saúde, terra e outros. Traduzindo-se numa mobilização dicotômica: os bugres,

índios, ladrões, preguiçosos, malvados e nós os civilizados, trabalhadores, honestos, humildes, etc. Contrapondo-se a uma identidade de origem, onde o seu enunciado é o do europeu, não porque o torne melhor enquanto boliviano, mas porque transcende a uma identidade desqualificada à outra valorizada. (Orlandi, 1990:51) explícita que: *"... o brasileiro, para significar, tem como memória (domínio do saber) o já dito europeu. Essa é a" heterogeneidade "que o pega desde a origem."* A sua fala é falada pela memória do outro (europeu).

No âmbito desses fatos, essa nova identidade do índio só realça e produz estranhamento. Podemos perceber no outro recorte feito do discurso do índio chiquitanos, Sr.João: *"... ele falava que bugri na linguagem brasileira como fala... diz que é... a pessoa que não tem nada... um mindigu... como modo di dizer né... e num faz nada... num tem nada na vida... essequele conheci como bugri... assim ele falava né...*

Assim para fugir do rótulo estigmatizante de bugre e índio, tentam em vão, afirmar que são apenas bolivianos, procurando alterar a relação de força e a condição comum atribuída pela definição do outro como forma de se abrigar da exclusão social, contudo, a questão da identidade étnica, tem suas matizes históricas e estruturas desde as antigas missões jesuítas, que contribuíram através do discurso para o apagamento da identidade chiquitana.

Comprovando, que o monopólio do discurso dominante, define um longo processo de transformação cultural e memorial do chiquitano, onde a igreja exerceu um papel relevante no que tange a aculturação indígena, pois a igreja julgava ser de sua competência ensinar ao

povo as verdades reveladas por Deus que condicionavam na maneira das pessoas se comportarem. Portanto, era responsabilidade dela, manter os fundamentos do catolicismo e livrar seus fiéis de erros que pudessem atrapalhar a salvação de suas almas. É nessas concepções que os sentidos se multiplicam inexoravelmente, e leva-nos a vários questionamentos

Qual a maneira correta de se comportar? Através do silenciamento e apagamento?

Temos o direito de denegrir a identidade do outros?

É a partir dessas reflexões que podemos afirmar que a difusão e o legitimação do discurso que se constituiu a defesa da unidade política e o apagamento da civilização indígena.

Assim a criação da Companhia de Jesus deve ser entendida como conjugação entre os interesses dos estado e da igreja. Fernando Seffner (1993:67), descreve a Companhia de Jesus como: *"uma intensa atividade missionária e militante e uma formação intelectual muito sólida foram duas características dos padres da Companhia de Jesus."*

Em meios a multiplicidade de visões de mundo, oposição ao poder político e o florescimento das bases capitalistas, tornou-se necessário a difusão do catolicismo como base sólida e imutável, tendo em sua matizes relevantes influência à colonização do Brasil.

Uma colonização em que os discursos e os castigos determinaram um silenciamento indígena, "do que deve e podia ser dito", considerando que o silenciamento não realiza apenas nas palavras mas em diferentes maneiras de dizer, seja o silêncio negro ou branco, nunca são

despossuídos de interpretações. (Orlandi, 2001:128), faz referência ao afirmar que:

> "Os sentidos têm uma relação necessária com o silêncio onde o silêncio não é falta de palavras (há palavras cheias de sentidos a não se dizer, logo cheias de silêncios) e onde o "branco" não é ausência de sentidos."

Não há silenciamento indígena, sem a construção de uma história dominante, o que explica a passividade e aceitação do novo discurso, em decorrência da iminente ameaça dos mamelucos, que perseguiam ouro e índios, dispersando e dizimando populações inteiras e também para inserir no novo modelo social.

Nesse contexto, constatamos que a identidade indígena, é norteada pela construção de um imaginário silencioso, que tinha em seu seio o medo, o conflito e o terror.

Daí o papel dos jesuítas, que ao mesmo tempo que os protegem, os constrói mediante discursos que os guiavam, ao mesmo tempo que eliminam o alcance interpretação. Os missionários passam a falar por eles, apagando a diferença e construindo novas cores na unidade nacional, impulsionando pelo reflexo europeu.

No contraste dessa nova identidade que o índio chiquitano se constitui nem totalmente livre, nem totalmente assujeitado, sempre movendo entre o espaço do "ele" e do "nós", entre a "incompletude" e o desejo de ser "completo" entre a própria linguagem e o domínio da outra linguagem que lhes para fazer sentido e é mais influente.

Nessas contradições que se fundamente a essência do índio, que passa a não ser o índio primitivo, e nem o europeu, surgindo um ser diferente e marginalizado. (Orlandi, 1990:58) fundamenta que: *"quando falamos que o Brasil e um cadinho de raças excluímos o índio"* e complementa *"mulato é mistura de branco com preto, mas caboclo nem sempre indica a mistura do branco com o índio." "(...) o índio na constituição mestiça da nacionalidade, não se misturou, sumiu..."*

E assim na cruzada contínua do processo histórico, desde a época colonial, o índio desaparece aos poucos, reduzido a própria miséria moral e sentimental ,a ilusória superioridade do colonizador, que repeliu, subjugou e eliminou esse diferente afluxo de sangue, para facilitar a unidade social e política do vastíssimo território, utilizando como instrumento, o governo na organização centralizadora e o discurso jesuíta na pacificação e obediência, o qual representou ao índio a perda da propriedade do seu corpo, de sua alma, de seu mundo e de seu deus, o qual instigou a instuição de um silenciamento..

VI -ANÁLISE DE RELATOS LEGITIMADOS

A historiografia matogrossense, ao retratar a história dos índios chiquitanos, aponta certos fatos que serão analisados nesse espaço.

Observando dois históricos somos levados a entender que a historiografia matogrossense, raramente aborda sobre a cultura chiquitana, e quando a encontramos há uma generalização, como se a cultura chiquitana equivalesse a cultura parecis e nambiquara que faziam parte da região. Assim ao nos depararmos com um histórico legitimado sobre os chiquitanos, este apresenta apenas fragmentos e visões esterotipadas acerca desse povo. Pesquisam-se apenas os processos superficiais, ora "escondendo" aspectos da realidade do índio, ora simplificando esses conhecimentos contentando-se apenas com fatos e acontecimentos linearmente, como algo acabado, estático e solidificado.

Assim a questão do silenciamento do índio chiquitano está centrada sobre a questão do discurso que se constitui a partir de organizações políticas e religiosas lugar no qual a historiografia matogrossense se assenta para falar desse povo.

Em documentos utilizado pelo historiadores regionais o índio chiquitano é visto como oriundo da Bolívia, sendo, portanto não inserido na construção e produção histórica matogrossense. Ora, eles relatam sobre os índios apenas para descrever o povoamento da região de Vila Maria (atual Cáceres), ou o povoamento desses na fronteira oeste na obra de Ferreira(2001:149) podemos encontrar o seguinte comentário:

> "Chiquitano é denominação genérica que se deu, a partir do século XVII, ao povo aldeado pelos jesuítas em diversas missões do leste do que hoje é a Republica da Bolívia. Com o tempo os chiquitanos ocuparam a região fronteiriça Brasil-Bolivia. Vitima dos pela violência, étnica-escravidão e abusos de toda ordem como espoliação de suas terras e de sua força de trabalho camuflaram-se em pequenos núcleos familiares tentando se integrar à sociedade nacional."

Deste modo, na esfera discursiva os documentos tomam para si uma visão estereotipada que apaga a história dos índios chiquitanos. Esta produção discursiva está diretamente relacionada à historia da colonização na qual o índio chiquitano é apenas um "ator secundário". "*Vila Maria foi inicialmente povoada com casais de índios retirados da missão jesuíticas de chiquito.*" (Madureira, 1997:28).

No decorrer dessas reflexões, entendemos que constróe-se um cenário ideológico de imposição e coerção que aponta a exclusão social dos índios chiquitanos que ocuparam a região Brasil-Bolivia".

Ocuparam como? Quais as causas e conseqüências que possibilitou essa ocupação? Essa ocupação é fruto de um ato voluntário?

No âmbito dessas formulações é que os relatos sobre o índio chiquitano acarretam contradições que contribuem para um discurso colonial em consonância com o silenciamento indígena. (Orlandi,1990:15):

> "A história se faz assim com um imaginário que, nesse caso, o dos relatos, os inscreve nos discursos das descobertas que por sua vez, é o discurso que "dá a conhecer o novo mundo."

Desse modo, constitui-se a história de subjugação desses índios, de modo que a historicidade deles é apagada para ceder lugar ao discurso europeu sobre o Novo Mundo e sobre os povos que o habitavam. O índio chiquitano aparece nos históricos legitimados como um ser marginalizado e silenciado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para realizar esse trabalho, foi-me de suma importância, fazer pesquisa a campo em decorrência de não encontrar fundos documentais específicos da atualidade sobre o processo histórico dos índios chiquitanos em território brasileiro.

Nesse ínterim, para a obtenção de fontes documentais realizei viagens à Bolívia e à Vila Bela, o que facilitou-me analisar os fatos relatados pelos cronistas, com dados da pesquisa de campo, das tradições orais, das observações comportamentais. Assim, essas experiências permitiram-me desvendar fatos e dados às vezes desconhecidos. Neste sentido, os registros orais foram relevantes para se entender o processo histórico dos índios chiquitanos, auxiliando-me a desvendar parte daquilo que foi negligenciado ou silenciado.

Essa pesquisa na província Vilasco, só foi possível graças ao escritor Raul Hector Landivar, que com sua bondade e riqueza de conhecimento acompanhou-me em San Javier, San Miguel, San Rafael, Santa Ana, Santa Concepcion e San Inácio na província Vilasco. Pude vivenciar as diversidades culturais existentes na comunidade chiquitano e admirar os gigantescos templos construídos pelos jesuítas e índios chiquitanos no século XVIII. Atualmente esses templos são reconhecidos pela Unesco como Patrimônio Histórico da Humanidade pelo seu imenso valor artístico e arquitetônico. Também pude constatar as festas para os santos realizada no dia 16 de outubro, que congregam os moradores locais e de outras comunidades e de famílias dispersas que trabalham em fazendas.

Essa festa emerge de forma marcante na vida dessas populações, não só como acontecimentos sociais, também como ato político. Pois na festa é imprescindível a presença dos caciques da província Vilasco, cuja existência se organiza em processos complexos de significados, indicando a realização da sociedade em reconhecer a sua própria humanidade e os laços que a unem.

Entretanto, em decorrência do pouco tempo disponível, não foi possível abordar neste ensaio, todas as observações comportamentais e tradições orais. Nem mesmo fazer referências sobre as obras escrita por Raul Hestor Landiva pelo fato de eu não dominar fluentemente a língua espanhola. Contudo, a comunicação oral só foi realizada em consonância da maioria entender um pouco do idioma português.

Assim, é importante frisar que ao pesquisar comprovei que os símbolos vinculados a uma identidade chiquitano representam valores existentes também, e com maior expressão demográfica, fora da fronteira brasileira, em especial na Província de Vilasco, na Bolívia, levando-os a ser identificados como bolivianos. Dessa maneira, nos dados apresentados pela pesquisa, num primeiro momento, a negação da identidade étnica, mas depois de algum tempo de conversas os indivíduos começam a revelar sua origem, mesmo tempo o cacique por liderança local.

Essa atitude, evidencia o apagamento e silenciamento do índio para continuar existindo como seres humanos se abrigando da exclusão social. O qual indica que as matizes da identidade dos chiquitanos perpassa a época das missões, lastreando-se nos diversos grupos étnicos que

o compunham e que o fio condutor foi mantido pela afirmação de valores contrastante, baseados num processo de seleção de traços e emblemas culturais.

REFERÊNCIA BIBLIOGRAFICA

COSTA. João Eduardo Fernandes Moreira da. *O manto do encoberto: territorização e identidades dos chiquitanos*. Estudo antropológico. 2000.

Ferreira. João Carlos Vicente, *Mato Grosso e Seus municípios.* Secretaria do Estado de Edição. Cuiabá , Ed Buriti. 2001.

MOURA. D.Antonio Rolim de. Cuiabá. UFMT- NDIHR, vol I 1982 p 23.

SALAS. Alcides Parejás Moreno e. SUAREZ. Virgilio. *Chiquitos: historia de uma utopia,* Universidade Privada de Santa Cruz de La Sierra Bolívia: Imprenta Serena, 1992.

MADUREIRA. Elizabeth. *Revivendo Mato Grosso.* Seduc, Cuiabá, 1997Calil . Companhia das Letras. São Paulo 1997.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Discurso e leitura.* 5 ed. Ed Cortez/Unicamp,2000.

_____. *Análise de discurso- Princípios e Procedimentos.* 3 ed. Ed. Pontes, Campinas SP, 2001

_____. *Discurso Fundador*. 2ª ed. Ed da Unicamp. Campinas. 1995.

_____. *Interpretação, autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Vozes. Petrópolis, 1996.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso*. 2ª ed. Ed da Unicamp. Campinas 1995.

_____. *O discurso- estrutura ou acontecimento*. Tradução de Eni P. Orlandi. Pontes, Campinas, 1990.

PRADO. Paulo. *Retrato do Brasil* – 4ª reimpressão . Carlos Augusto Calil (org). São Paulo. Companhia das Letras. 1997.

TAUNAY. Affonso de E. *Historia Geral das bandeiras paulistas*. Escripta à vista de avultada documentação inédita dos archivos brasileiros, hespanhoes e portugueses. São Paulo. Ideal. H. L Canton. 1992.

ANEXOS

Com a criação do município de Sinop, pela Lei nº 4.156, de 17 de dezembro de 1979, Vera passou à jurisdição do novo município. Seguiu-se a luta pela emancipação político-administrativa de Vera. Na campanha pelo município merece destaque o nome do padre Antonio Heidler, que levantou a primeira igreja de todo os projetos de colonização de Ênio Pipino.

A Lei Estadual nº 5.003, de 13 de maio de 1986, criada pela Bancada do PDS e PMDB na Assembléia Legislativa e sancionada pelo governador Júlio Campos, criou o município:

Artigo 1º - Fica criado o município de Vera, desmembrado do município de Sinop e Paranatinga.

Dados Gerais do Município

Dependência Genealógica - O município de Cuiabá deu origem ao município de Chapada dos Guimarães, que deu origem ao município de Sinop, do qual originou-se o município de Vera.
Denominação dos Habitantes - Verenses.
População - 9.064 habitantes (IBGE/2000).
Eleitores - 5.825 (TRE2000).
Distrito - Sede.
Limites - Nova Ubiratã, Feliz Natal, Santa Carmem, Sinop e Sorriso.
Comarca - Sinop.
Altitude - 370 m.
Distância da Capital - 458 km.
Coordenadas - 12º 17' 07" latitude sul, 55º 17' 47" longitude oeste Gr.
Extensão Territorial - 2.986,75 km²
Localização Geográfica - Mesorregião Norte mato-grossense, Microrregião Sinop.
Relevo - Planalto Residual Norte de Mato Grosso. Depressão Interplanáltica da Amazônia Meridional.
Formação Geológica - Coberturas não dobradas do Fanerozóico. Bacia Quaternária do Xingu.
Solo - Solos Aluviais (solo aluvial Tb álico A moderado textura média).
Bacia Hidrográfica - Grande Bacia do Amazonas.
Clima - Equatorial quente e úmido, com 4 meses de seca, de maio a agosto. Precipitação anual média de 2.250 mm, com intensidade máxima em janeiro, fevereiro e março. Temperatura média anual de 24º C, com maior máxima 40º C, e menor mínima 4º C.
Principais Atividades Econômicas - Extrativismo vegetal, agro-indústria, agricultura e pecuária.

VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE

Histórico- O município de Vila Bela da Santíssima Trindade foi desmembrado de Villa Real do Senhor Bom Jesus de Cuyabá, grafando-se então Villa Bella da Santíssima Trindade. Anos depois teve a denominação alterada para Matto Grosso, voltando à grafia anterior após muito tempo.

Povos indígenas eram os primeiros habitantes da região do território do município. Nas cercanias de Vila Bela viviam os povos denominado pelos paulistas de *cabixi*. Na verdade se tratava de um povo mais tarde denominado *nambikwára*. Esse povo apresenta inúmeros grupos: *sabanê*,

mamaidê, alãtesú, mãdúka, haháitesú, nagarotê, waykisú, wasúsu, kithaulú, kitalawlú, alotesú.

Já no tempo da história escrita a região foi percorrida por aventureiros espanhóis.

As grandes chapadas a oeste de Cuiabá sempre eram imaginadas como terras do povo paresí. Em busca de índios desse povo, em 1731, os irmãos Fernando e Arthur Paes de Barros se botaram a caminho do oeste.

Andando para muito além do Rio Sararé, encontraram a foz do Rio Galera e, mais uma vez deram com ouro. A descoberta de ouro no Sararé e no Galera abria o caminho para a ocupação efetiva da margem direita do Rio Guaporé.

Devido à espessa mataria de sete léguas do lugar, denominaram a região de Mato Grosso, origem da denominação da futura Capitania, depois Província e mais tarde, Estado de Mato Grosso.

Em 1737, aventureiros paulistas fundaram o Arraial de Pouso Alegre, que viria a ser, anos depois Vila Bela da Santíssima Trindade.

Os arraiais foram pontilhando na região. Entre o Guaporé e o Sararé encontravam-se São Francisco Xavier, Pilar, Sant'Ana, Ouro Fino. Em direção a Cuiabá notavam-se Lavrinhas e Santa Bárbara.

A confluência do Rio Jauru com o Paraguai desenhava-se como um ponto de excepcional importância para as pretensões paulistas: ponto de importância decisiva para a conquista do extremo oeste. Portugal conseguiria assegurar, no primeiro tratado de limites com a Espanha esse ponto, em 1750, o Tratado de Madri.

Na sessão de 29 de janeiro de 1748, o Conselho Ultramarino apresentou ao rei de Portugal as razões para a fundação de uma Capitania. Dom João V tardou em homologar o parecer do Conselho Ultramarino, mas criou a Capitania, confiando o governo a Gomes Freire de Andrada, Governador e Capitão General da Capitania do Rio de Janeiro, até que se nomeasse governador próprio.

O sítio exato da sede da nova Capitania seria objeto de escolha do novo governador: Dom Antonio Rolim de Moura Tavares. O diploma ocorreu a 25 de setembro de 1748, mas apenas a 17 de janeiro de 1751 empossou-se no cargo.

A rainha de Portugal entregava ao futuro governador instruções específicas. Ali se depara com a importância dada à sede da Capitania:

" 1º - Suposto entre os distritos de que se compõe aquela Capitania Geral, seja o de Cuiabá o que se ache mais povoado, contudo atendendo a que no Mato Grosso se requer a maior vigilância por causa da vizinhança que tem, houve por bem determinar, que a cabeça do governador se pusesse no mesmo distrito de Mato Grosso; no qual fareis a vossa mais costumada residência...

2º - Por se ter entendido que Mato Grosso é a chave e o propugnáculo do Brasil pela parte do Peru, e quanto é importante por esta causa que naquele distrito se faça população numerosa, e haja forças bastantes a conservar os confinantes em respeito, ordenei se fundasse naquela paragem uma vila, e concedi diversos privilégios e isenções para convidar a gente que ali quisesse ir estabelecer-se, e que para decência do governo e pronta execução das ordens se levantasse uma companhia de dragões e ultimamente determinei se erigisse juíz de fora no mesmo distrito...

3º - Pelo que toca à fundação da vila é factível que, sem mais atenção que ao lugar mais frequentado, a tenham posto no arraial de São Francisco Xavier, qual consta ser muito doentio.

E como nenhuma sorte convém que a residência principal do governador tenha um defeito tão essencial, vos recomendo que, examinando os sítios daquele distrito, onde bem possa colocar-se

a vila, escolhais o mais próprio para a sua estabilidade, e o mais cômodo pelas suas circunstâncias, atendendo a que o lugar seja defensável, e quanto possível vizinho ao Rio Guaporé, ou a algum outro navegável que nele desague para lograr a comodidades da navegação e da pesca.

E ainda que a vila se ache fundada no dito arraial, ou em outra parte menos cômoda, deixo para vossa eleição mudá-la para o sítio, que for mais a propósito".

Após uma vistoria pelos lugares, Rolim de Moura escolheu o sítio onde antigamente se erigira o arraial de Pouso Alegre, e a 19 de março de 1752 estabeleceu a sede municipal e da Capitania de Mato Grosso, agora sob a denominação de Villa Bella da Santíssima Trindade.

O desenvolvimento da sede municipal e do governo da Capitania mereceu cuidados do governador. Quem fixasse residência ali gozava de favores especiais, verdadeiros chamarizes.

A 22 de março de 1752, esses favores eram levados ao conhecimeto do povo em geral da Capitania por meio de divulgação ou bando, por ordem do governador, que morava em Vila Bela.

Dom Rolim de Moura mandou, a 15 de abril de 1752, iniciar a construção da residência dos governadores. Tão vastas proporções tinha o prédio, que várias vezes foi interrrompido, uma vez que os recursos locais não podiam atender às exigências da obra. A primeira dessas interrupções deu-se em 1754, quando o grande edifício já estava com cinco compartimentos inteiramente construídos, dois deles ocupados pelo próprio governador e os três restantes, pelos oficiais da Câmara que ali funcionavam.

O plano da "Villa" foi montado em Portugal e os projetos das casas, no Rio de Janeiro. Mas o governador foi obrigado a adaptar os projetos às condições do lugar. As casas residenciais foram simplificadas no que dizia respeito a sobrados, os alicerces foram reforçados, as paredes alargadas. Além disso, sucederam-se as construções de pau-a-pique e cobertura de capim. Apenas se exigiu que as casas obedecessem aos traçados das ruas com 70 palmos de largura e ao alinhamento no limite fronteiro dos terrenos.

Parte do material vinha de locais distantes, com transporte difícil, caro, demorado. A pedra canga para os alicerces do palácio, dos quartéis, das casas, da igreja e dos baldrames do porto vinham de longe. A cal provinha de Cuiabá e do Pará. As telhas chegaram de fora.

As obras foram interrompidas por falta de ouro na Provedoria, por epidemias gerais, por demora de chegada de materiais transportados de longe, por falta de mão-de-obra, por dificuldades de abastecimento. No entanto, no fim de 1752, a Villa contava com 16 moradas entre construídas e em fase de acabamento.

A população das minas de Mato Grosso, assim de Cuiabá, era instável. Como em qualquer garimpo da época quando se catava o ouro mais à vista, com instrumentos grosseiros. Metade do ouro apenas era colhido, enquanto a outra metade pemanecia escondido na canga, na piçarra, na pedra cristal.

À instabilidade da produção do ouro acrescentava-se a instabilidade do comércio dependente de gêneros provindos de longe, pois nem sempre os vilabelenses podiam contar com a produção agrária. No fundo, o ambiente de guerra, pois os povos indígenas resistiam à invasão dos territórios tribais.

Por fim, reinava a instabilidade dos institutos jurídicos. Os direitos e o dever, ao receberem a instrumentalização normativa, eram livremente redefinidos para controles locais de interesses conflitantes. o complexo legislativo colonial era reinterpretado de modo a garantir antes de mais nada a construção da Villa.

Não se tratava de insubordinação ou resistência às normas portuguesas. Eram as mesmas normas interpretadas pelo espírito de conquista de Portugal. Tratava-se de estabelecer no local as condições político-administrativas gerais. O governo de Portugal sabia e muito bem o que estava acontecendo, na exceção, como o relaxamento dos controles fiscais até a dispensa de meia captação dos quintos, perdão dos dízimos, isenção de entradas, de donativos, da terça parte dos ofícios de justiça.

Funcionava um estado de violação consentida às leis.

Para atrair povoadores, toda sorte de crimes foram perdoados, tolerados, ignorados; todas as condenações foram obliteradas. Vila Bela representava a oportunidade de uma recuperação de nível social perdido. Antigamente o homem da sociedade era denominado "homem bom". Pois os endividados, os criminosos, os condenados, os marginalizados em qualquer parte da Colônia, ao chegar à "Villa" tornavam-se "homens bons".

A condição para se alcançar esta glória era viver três anos na Vila, nos casos comuns. Se a pessoa estivesse incurso em pena de degredo ou de morte cível, exigia-se que vivesse no lugar por mais tempo.

A fraude à captação aurífera era facilitada pelas dificuldades da fiscalização. O desvio do ouro era praticado diretamente das minas ou nos carregamentos, que saíam para Cuiabá ou Pará.

Os garimpos de maior capacidade, como São Vicente e Pilar prosseguiram até a segunda metade do século XIX, mas com a capacidade diminuída. Sant'Ana, São Francisco Xavier, Ouro Fino e Lavrinha, passado o primeiro impulso, foram se esgotando cedo. Gengibre, Membeca, Monjolo, Santa Bárbara, Corumbiara ou Guarajus tiveram duração efêmera. Lavras de pequeno porte se espalhavam pela região entre a Chapada e o Rio Sararé; entre o Guaporé e o Jauru; entre os riachos Sudaiatuba e Moleques, na passagem geral de Mato Grosso à Cuiabá, nas proximidades do Guaporé. A região do Rio Alegre produziu maior cota de ouro.

As roças nunca chegaram a produzir excedente e comumente eram insuficientes para atender à demanda dos garimpos. As roças plantadas às beiras dos rios Guaporé, Alegre, Sararé, Galera e Barbado sofriam com as enchentes, perdendo-se, por vezes, toda a safra. Pragas, insetos e bichos predadores dizimavam as produções. Como consequência, a fome e a doença medravam na população.

A região era tristemente conhecida como doentia, mesmo antes da fundação do município. Essa reputação consolidou-se historicamente, ensejou explicações esteriotipadas de saída de brancos para outros lugares e permanência de negros. No modo de entender dos brancos, os negros sempre foram destacados pela força e pela resistência. Dizia-se que a "raça branca" era superior e não podia se compatibilizar com o ambiente físico doentio de Vila Bela. Êrro grosseiro.

No cenário adverso, os brancos se valiam dos costumes e conhecimentos dos índios e dos negros. Não aconteceu a interpenetração cultural, pois os brancos se mantiveram altivos na ideologia do poder, aproveitando-se das soluções dos índios e dos negros.

Os negros foram assumindo, aos poucos, o papel de relevância na dinâmica cultural da região. Os negros se associavam facilmente aos índios e influíam na mudança de práticas culturais brancas, produzindo mesmo práticas novas, tanto por indução de práticas próprias como de indígenas. O domínio do conhecimento da flora medicinal e manipulação no tratamento de doenças foi a salvação dos brancos. Provinha do conhecimento do negro e do índio.

Os escravos morriam precocemente em todas as áreas de mineração do Brasil. Em Mato Grosso a vida do escravo era massacrada e bem curta. Raros escravos chegavam aos trinta anos. Aos quarenta, os escravos de Mato Grosso se encontravam arruinados ou semimortos, inválidos, doentes e esfomeados.

Mas outra realidade iria pesar na vida da região de Vila Bela: os conflitos armados e o estado de guerra entre Portugal e Espanha na região da fronteira vilabelense.

A luta fronteiriça produzia uma grande insegurança social, pois a população temia ataques dos espanhóis e a consequente devastação da região.

A tensão do estado de guerra durou desde a instalação da Capitania até o fim do tempo colonial. O aparelhamento militar da fronteira foi executado de forma permanente. Os cargos de comando eram confiados aos oficiais do reino e aos homens abastados da região lindeira. O homem comum era recrutado para ocupar os cargos mais baixos, enfrentando o atraso de soldo, deficiência de alimentação e falta de munição.

O colono foi quem assumiu o maior peso da obrigação de conquistar terras à Espanha, assim de assegurá-las. O homem comum não tinha acesso às regalias de honrarias e postos de relevo. O atraso de pagamento ao funcionalismo público chegou a durar anos, provocando manifestações de rebeldia.

Mas Vila Bela da Santíssima Trindade estabilizava as fronteiras.

No tempo do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, em 1820, o peso político de Cuiabá atraía para si a sede da Capitania. Um Alvará Régio transladava a capital da Capitania para Cuiabá e Vila Bela recebia título de cidade, sob a denominação de Matto Grosso.

Entretanto, com os movimentos da Independência do Brasil a medida tardou a se concretizar, dando até ocasião de se propor a mudança da capital para a cidade de Alto Paraguay Diamantino (Diamantino).

A Lei nº 19, de 28 de agosto de 1835, encerrou definitivamente a questão da capital, sediando-a em Cuiabá. Tratava-se de um processo irreversível a perda da capital em Vila Bela da Santíssima Trindade, porquanto esta "Villa" declinava após o governo de Luíz de Albuquerque.

Matto Grosso, a cidade, passou às ruínas. O descaso para com a antiga sede governamental ocorreu no clima de fortes lutas pelo poder cuiabano, nos tempos de luta entre brasileiros e portugueses, onde se deu o fenômeno da Sedição de Mato Grosso, ou *rusga*.

Matto Grosso passou a ser considerado município de fronteira, como outro qualquer, sem o merecimento devido.

Em 1850, Matto Grosso recebeu formalmente território pela Lei nº 12, de 28 de junho. A lei tinha um cunho clerical, mas com valor civil. Matto Grosso herdava o maior território depois de Cuiabá, pois abarcava o que hoje são os municípios do Estado de Rondônia, Pontes e Lacerda, Comodoro e cercanias.

Juridicamente assenhorou-se de Aripuanã, quando foi criado o Território do Guaporé, pois Rio Madeira, que pertencia à Matto Grosso e continha região de Aripuanã foi desmembrado do Estado de Mato Grosso.

A Lei Federal nº 5.449, de 04 de julho de 1968, tornou Matto Grosso município de Segurança Nacional. A Lei nº 4.014, de 29 de novembro de 1978, alterou a denominação de Matto Grosso para Vila Bela da Santíssima Trindade, voltando à denominação original.

Após longo período de desolação e ruínas, o progresso geral do Estado de Mato Grosso, tangido por programas de colonização e a criação da fronteira agrícola da Amazônia legal, em virtude de dispositivos federais, estabeleceram condições para um ressurgimento de Vila Bela da Santíssima Trindade.

Dados Gerais do Município

Dependência Genealógica - Vila Bela da Santíssima Trindade originou-se diretamente de Cuiabá.
Denominação dos Habitantes - Vilabelenses.
População - 12.880 habitantes (IBGE/2000).
Eleitores - 7.571 (TRE/2000).
Distritos - Sede, Aguapeí.
Limites - Porto Esperidião, Pontes e Lacerda, Conquista D'Oeste, Nova Lacerda, Comodoro e República da Bolívia.
Comarca - Vila Bela da Santíssima Trindade, sendo Comarca Jurisdicionante Pontes e Lacerda.
Altitude - 205 m.
Distância da Capital - 521 km.
Coordenadas - 15° 00' 28" latitude sul, 59° 57' 06" longitude oeste Gr.
Extensão Territorial - 12.179,43 km²
Localização Geográfica - Mesorregião Sudoeste mato-grossense, Microrregião Alto Guaporé.
Relevo - Planalto Residual do Guaporé, Chapada Parecis.
Formação Geológica - Os testemunhos geológicos indicam a origem do município na Faixa Móvel Rondoniana, retrabalhada posteriormente, nas coberturas não dobradas do Proterozoico, com granitóides associados, nas coberturas não dobradas do Fanerozóico. Bacia Quaternária do Guaporé.
Solo - Glei pouco Húmico (Tb distrófico A moderado textura média, relevo plano), Solos Litólicos (solo litólico distrófico A moderado textura média, relevo forte ondulado), Afloramentos Rochosos (sudoeste de Vila Bela), Latossolo amarelo (latossolo amarelo álico textura média, relevo plano), Brunizem Avermelhado (brunizem avermelhado textura argilosa relevo ondulado), Podzólico vermelho amarelo Tb Eutrófico abrúptico A moderado, textura média/argilosa, relevo suave ondulado.
Bacia Hidrográfica - Grande Bacia Amazônica.
Clima - Tropical quente e sub-úmido, com 4 meses de seca, de junho a setembro. Precipitação anual de 1.500 mm, com intensidade máxima em dezembro, janeiro e fevereiro. Temperatura média anual de 24° C, maior máxima 38° C, menor 0° C.
Principais Atividades Econômicas - Pecuária (cria e recria), agricultura, extrativismo mineral, eco-turismo e turismo cultural.

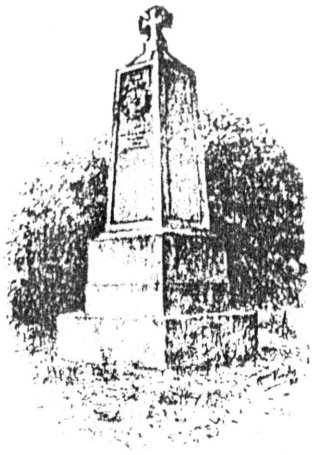
VILA RICA

Histórico- A sorte histórica do Rio Araguaia sempre foi o fator determinante para os povoadores de Vila Rica.

As praias e barrancos do Araguaia foram testemunhas de inúmeras incursões que foram realizadas à região em busca da célebre Minas dos Martírios, a partir do século XVIII.

O povo *tapirapé* que habitou imemorialmente a região foi remanejado para municípios vizinhos, para áreas indígenas especialmente reservadas.

Os tapirapé, desiludidos com a miscigenação cultural e racial, sem perspectivas de vida futura,



Marco do Jauru: adorna, atualmente, a praça principal da cidade de Cáceres

SVB Ferdinando VI
Hispaniae Rege Catholico

No lado S.54º E. estão as armas de
Portugal e esta inscrição:
SVB Joanne V
Lusitanorum Rege Fidelissimo

Lê-se no lado N.36º E.:
Ex Pactis Finium Re Cundorum
Conventis Madriti Idib Lanvar
M.D.C.C.L.

Enfim, no quarto lado:
Iustitia et pax osculatae sunt

O aglomerado humano que deu início ao povoamento dessa região foi instalado em 1778, sob o nome de Vila Maria[1] (atual Cáceres), o qual não estará diretamente ligado à mineração, mas sim à questão de fronteira, considerando que foi fundado a mando do 4º Capitão-General Luís de Albuquerque Melo Pereira e Cáceres, a 6 de outubro de 1778. Vila Maria foi inicialmente povoada com casais de índios retirados da missão jesuítica de Chiquitos. Na ocasião, foi lavrada a seguinte ata que bem retrata a função geopolítica da localidade:

> *Ano de nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil setecentos e setenta e oito anos, aos seis dias do mês de outubro do dito ano, neste distrito do rio Paraguai e margem oriental dele, no lugar aonde presentemente se dirige a estrada que segue ao Cuiabá desde Vila Bela, sendo presente o tenente de dragões Antônio Pinto do Rego Carvalho, por ele foi dito que tinha passado a este dito lugar por ordem do Ilmo. e Exmo. Sr. Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, governa-*

1. Em homenagem à Rainha Maria de Portugal.

